da impugnação ao Edital da Concorrência Pública, não se debruçando, por óbvio, nos atos subsequentes, produzidos pelos **DENUNCIADOS**, os quais, decerto, desconhecidos daquele Desembargador-Presidente, em afronta à norma legal e aos princípios que regem a Administração Pública.

Lado outro, entendo que a vertente cautelar encontra ressonância na já citada decisão proferida pelo Exmo. Juiz titular da 1ª Vara da Fazenda Pública, em 23.01.2017, conforme cópia anexa aos presentes autos, revelando-se como medida de cautela, que impõem a este TCM-PA a adoção de medidas urgentes, que visem resguardar o melhor interesse público e, por conseguinte, a obediência à Lei Federal n.º 8.666/93 e demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

Exige-se, assim, desta Corte de Contas, a necessária cautela quanto à apreciação das questões que envolvam licitações, mormente quando nos defrontamos com processos e serviços de alta complexidade e elevado custo financeiro à Administração Pública, a qual atrai, ainda, especial cautela, quanto ao rigoroso cumprimento das disposições contidas na Lei Federal n.º 8.666/93, evitando a ocorrência de lesão aos cofres públicos dada a existência de restrição de competitividade ou contratação de empresa que não reúna condições técnicas comprovadas, para a prestação dos serviços.

Cuida-se, neste caso, do Poder Geral de Cautela, que emerge do Código de Processo Civil Brasileiro e que encontrou abrigo e acolhida, ainda, na Lei Orgânica deste TCM-PA, acerca dos quais cabe remeter aos ensinamentos sempre precisos de VICENTE GRECCO FILHO, que o destaca como "*poder integrativo de eficácia global da atividade jurisdicional. Se esta tem por finalidade declarar o direito de quem tem razão e satisfazer esse direito, deve ser dotada de instrumentos para a garantia do direito enquanto não definitivamente julgado e satisfeito*".

Ante o exposto, DECIDO:

01. Admitir a presente denúncia, dado o preenchimento dos requisitos formais e materiais previstos no Artigo 290 e seguintes do RITCM-PA (Ato n.º 16/2013), cientificando-se as partes envolvidas;

02. Determinar, monocraticamente, a aplicação das medidas cautelares, previstas nos Incisos II e III, do Art. 96, da LC n.º 109/2016 c/c Incisos II, III e Parágrafo Único, do Art. 145, do RITCM-PA, destacadamente:

a) Sustação/suspensão do procedimento licitatório, relacionado à Concorrência Pública n.º 008/2015-SESAN, em especial, quanto às fases de Adjudicação, Homologação e Contratação, decorrentes da Sessão de Julgamento das propostas do LOTE II, da Concorrência Pública n.º 008/2015-SESAN, realizada no dia 23.01.2017, às 09h30, na sede da 2ª **DENUNCIADA**, até ulterior deliberação desta Corte de Contas.

b) Requisição de documentos e informações, sob a responsabilidade solidária dos **DENUNCIADOS**, para apresentarem defesa, aos termos da presente denúncia, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, em especial, quanto aos pontos suscitados pela **DENUNCIANTE**, para inabilitação das demais empresas que concorrem ao LOTE II;

03. Considerando os fatos e fundamentos, insculpidos na cautelar em processo de denúncia, assento a possibilidade de revogação da mesma, mediante a adoção de providências dos **DENUNCIADOS**, as quais deverão ser devidamente comprovadas, junto aos presentes autos, rigorosamente, nos seguintes termos:

a) Chamamento do processo à ordem, procedendo-se com a publicação de medida saneadora, onde deverão ser reportados os fatos vinculados à licitação, em especial, quanto as determinações de suspensão cautelar judicial e demais ocorridas no exercício de 2017;

b) Repetição da sessão de julgamento de habilitação das licitantes, em atendimento à determinação exarada pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, reabrindo-se, por conseguinte o prazo recursal, previsto no Art. 109, Inciso I, Alínea "a", da Lei Federal n.º 8.666/93, facultado as empresas que concorrem ao Lote II, do indicado Edital de Concorrência Pública, a ratificação ou retificação dos recursos já apresentados, bem como a apresentação de contrarrazões aos recursos apresentados, para além de possibilitar a apresentação de impugnação as habilitações consignadas.

c) Que a reabertura prevista no item anterior, se faça por meio de competente publicação, junto ao Diário Oficial do Município de Belém, bem como seja informado, junto ao Mural das Licitações, deste TCM-PA, para além de constar do próprio Portal da Transparência, em atendimento aos termos da Lei de Acesso à Informação – LAI.

d) Por fim, caso verificada a efetiva inabilitação de todas as empresas que concorrem ao Lote II, da presente Concorrência Pública, nos termos do previsto no Art. 48, §3º, da Lei 8.666/93, que seja aberto o prazo de 08 (oito) dias úteis, para saneamento das falhas suscitadas pela CPL-Belém, por todas as licitantes e apresentação de novos documentos, repetindo-se, assim, a fase de habilitação.

04. Nos termos das determinações exaradas, por meio de cautelar e dos prazos acima estabelecidos, fixo multa diária, em desfavor dos **DENUNCIADOS**, em caso de não atendimento, nos

termos do Art. 283, do RITCM-PA, no importe de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), até o limite de R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), independentemente de outras penalidades, que poderão ser fixadas, a quando da apreciação de mérito, da denúncia proposta, pelo Colendo Plenário.

Determino, assim, à Secretaria Geral a imediata comunicação da admissibilidade da denúncia e aplicação de medidas cautelares, consubstanciada nesta decisão monocrática, através de publicação do Diário Oficial do Estado, Diário Eletrônico do TCM-PA e via ofícios, os quais deverão ser protocolados pessoalmente, junto às **DENUNCIADAS**, em caráter de urgência, para conhecimento e demais providências desposadas, junto à aludida Comissão Permanente de Licitação – CPL.

Após a comunicação e demais providências, retornem os autos ao Gabinete, para comunicação à **DENUNCIANTE** e submissão dos autos ao Colendo Plenário deste TCM-PA, objetivando a homologação da medida cautelar fixada monocraticamente, nos termos do §1º, do Art. 95, da LC n.º 109/2016.

Em, 24 de janeiro de 2017.

Conselheiro **Daniel Lavareda**

Relator

Protocolo: 140387

TERMO DE POSSE

Termo de posse do Excelentíssimo senhor Conselheiro **Luis Daniel Lavareda Reis Junior**, Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Aos **dezesete (17) dias do mês de janeiro de dois mil e dezesete (2017)**, às nove (9) horas, na Sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, sito à Travessa Magno de Araújo, nº 474, na cidade de Belém, no Estado do Pará, tendo em vista a eleição para Presidente, realizada em Sessão Ordinária de primeiro (01) de dezembro de dois mil e dezesesseis (2016), nos termos do Artigo 53, do Regimento Interno deste Tribunal, do qual resultou ser eleito, para o mandato correspondente a janeiro de dois mil e dezesete (2017) a janeiro de dois mil e dezenove (2019). O Excelentíssimo Senhor Conselheiro **Luis Daniel Lavareda Reis Junior** tomou posse e entrou no exercício do referido cargo, em Sessão Solene do Egrégio Plenário, tendo proferido na ocasião, o seguinte compromisso de posse: "Prometo desempenhar bem e fielmente os deveres do cargo de Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo e fazendo cumprir as Constituições e as Leis da República e do Estado". Em atendimento às disposições legais e Regimentais, apresentou declaração de bens. E, para constar, eu Robson Figueiredo do Carmo, Secretário-Geral desta Corte, lavrei o presente termo, que vai assinado pelo Conselheiro que presidiu a Sessão e pelo empossado.

Robson Figueiredo do Carmo – Secretário-Geral
Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares – Presidente da Sessão
Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior – Empossado

Protocolo: 140424

EDITAIS DE CITAÇÃO Nº(S) 800 A 825, 832 E 837 A 840/2016/TCM-PA

EXCETO: 826 A 831 E 833 A 836

Publicações: 16/01, 19/01 e 25/01/2016.

EDITAL Nº 800/2016/4ª CONTROLADORIA/TCM-PA (Processo nº 290012010-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, ao Senhor **Fernando Alberto Cabral da Cruz**.

O Conselheiro Antônio José Guimarães, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, com fundamento no art. 49 da Lei Complementar nº 084/2012 – Lei Orgânica do TCM c/c o art. 177 do Regimento Interno deste TCM, **cita** através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor **Fernando Alberto Cabral da Cruz**, responsável pelas **Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Curuçá, no exercício financeiro de 2010**, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente nos autos do Processo nº **290012010-00**, referente à prestação de contas daquela **Prefeitura**, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 16 de janeiro de 2017.

Conselheiro Antônio José Guimarães – Relator/4ª Controladoria/TCM

EDITAL Nº 801/2016/4ª CONTROLADORIA/TCM-PA (Processo nº 290012010-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, ao Senhor **Fernando Alberto Cabral da Cruz**.

O Conselheiro Antônio José Guimarães, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, com fundamento no art. 49 da Lei Complementar nº 084/2012 – Lei Orgânica do TCM c/c o art. 177 do Regimento Interno deste TCM, **cita** através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor **Fernando Alberto Cabral da Cruz**, responsável pelas **Contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Curuçá, no exercício financeiro de 2010**, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente nos autos do Processo nº **290012010-00**, referente à prestação de contas daquela **Prefeitura**, no

referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 16 de janeiro de 2017.

Conselheiro Antônio José Guimarães – Relator/4ª Controladoria/TCM

EDITAL Nº 802/2016/4ª CONTROLADORIA/TCM-PA (Processo nº 293992010-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, ao Senhor **Rui Nazareno Damasceno Carvalho**.

O Conselheiro Antônio José Guimarães, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, com fundamento no art. 49 da Lei Complementar nº 084/2012 – Lei Orgânica do TCM c/c o art. 177 do Regimento Interno deste TCM, **cita** através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor **Rui Nazareno Damasceno Carvalho**, responsável pelo **Fundo Municipal de Saúde de Curuçá, no exercício financeiro de 2010**, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente nos autos do Processo nº **293992010-00**, referente à prestação de contas daquele **Fundo**, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 16 de janeiro de 2017.

Conselheiro Antônio José Guimarães – Relator/4ª Controladoria/TCM

EDITAL Nº 803/2016/4ª CONTROLADORIA/TCM-PA (Processo nº 294002010-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, à Senhora **Simone Rodrigues Assunção**.

O Conselheiro Antônio José Guimarães, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, com fundamento no art. 49 da Lei Complementar nº 084/2012 – Lei Orgânica do TCM c/c o art. 177 do Regimento Interno deste TCM, **cita** através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora **Simone Rodrigues Assunção**, responsável pelo **Fundo Municipal de Assistência Social de Curuçá, no exercício financeiro de 2010**, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente nos autos do Processo nº **294002010-00**, referente à prestação de contas daquele **Fundo**, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 16 de janeiro de 2017.

Conselheiro Antônio José Guimarães – Relator/4ª Controladoria/TCM

EDITAL Nº 804/2016/4ª CONTROLADORIA/TCM-PA (Processo nº 294082010-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, à Senhora **Josenilda Rita Alves dos Reis**.

O Conselheiro Antônio José Guimarães, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, com fundamento no art. 49 da Lei Complementar nº 084/2012 – Lei Orgânica do TCM c/c o art. 177 do Regimento Interno deste TCM, **cita** através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora **Josenilda Rita Alves dos Reis**, responsável pelo **Fundo Municipal de Educação de Curuçá, no exercício financeiro de 2010**, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente nos autos do Processo nº **294082010-00**, referente à prestação de contas daquele **Fundo**, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 16 de janeiro de 2017.

Conselheiro Antônio José Guimarães – Relator/4ª Controladoria/TCM

EDITAL Nº 805/2016/4ª CONTROLADORIA/TCM-PA (Processo nº 294242010-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, à Senhora **Josenilda Rita Alves dos Reis**.

O Conselheiro Antônio José Guimarães, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, com fundamento no art. 49 da Lei Complementar nº 084/2012 – Lei Orgânica do TCM c/c o art. 177 do Regimento Interno deste TCM, **cita** através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora **Josenilda Rita Alves dos Reis**, responsável pelo **FUNDEB de Curuçá, no exercício financeiro de 2010**, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente nos autos do Processo nº **294242010-00**, referente à prestação de contas daquele **Fundo**, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 16 de janeiro de 2017.

Conselheiro Antônio José Guimarães – Relator/4ª Controladoria/TCM

EDITAL Nº 806/2016/4ª CONTROLADORIA/TCM-PA (Processo nº 290042010-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, ao Senhor **João Damasceno F. Carneiro**.

O Conselheiro Antônio José Guimarães, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, com fundamento no art. 49